



Governança organizacional e contribuições do cooperativismo para os objetivos do desenvolvimento sustentável na agricultura familiar do Amazonas.

Organizational governance and contributions of cooperativism to the objectives of sustainable development in Family farming in the Amazon.

COSTA, Francimara Souza da¹; SANTOS, Jéssica Cristian Nunes dos²; FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto³; SANTIAGO, Jozane Lima⁴

^{1,2,3,4} Universidade Federal do Amazonas, ¹francimara@ufam.edu.br; ² jessicacristian22@gmail.com; ³ tecafraxe@uol.com; ⁴ jozane@ufam.edu.br

RESUMO EXPANDIDO

Eixo Temático: Sistemas Agroalimentares e Economia Solidária

Resumo: O Cooperativismo pode ser uma oportunidade de organização coletiva de agricultores familiares para acessar mercados no Estado do Amazonas, considerando as vulnerabilidades em torno da logística de escoamento da produção e da geração de renda nas comunidades. Os objetivos deste estudo foram avaliar o cenário da governança organizacional de duas cooperativas no Estado do Amazonas e identificar os impactos da adesão ao cooperativismo sobre indicadores de desenvolvimento sustentável. Os dados foram coletados por meio de ferramentas do diagnóstico rural participativo (DRP) durante reuniões e aplicação de formulários individuais junto aos agricultores(as) cooperados (as). A análise da governança ocorreu com a utilização da matriz SWOT e índice de maturidade, e os impactos do cooperativismo foram avaliados por meio do índice de desenvolvimento sustentável – IDS. Foi verificado que as cooperativas apresentam baixo índice de maturidade organizacional, sendo classificado “em desenvolvimento” e o IDS apontou que a agricultura familiar nas comunidades apresenta sustentabilidade entre boa e média.

Palavras-chave: amazônia, sustentabilidade, maturidade, organização social, economia solidária

Introdução

A agricultura familiar no Amazonas possui diversas vulnerabilidades. Falta assistência técnica, condições adequadas de transporte, acesso aos mercados e insumos, além do provimento dos serviços básicos às famílias, como educação, saúde e saneamento básico (MENEGETTI e SÍGLIA, 2015). Uma saída para minimizar estes problemas é a organização dos agricultores em associações e cooperativas. Estas organizações promovem processos coletivos para o aumento de renda, minimizando os riscos sociais e econômicos aos quais estas populações estão sujeitas, evidenciando estratégias que podem ser apoiadas por políticas públicas. Possibilitam também estratégias ao alcance dos objetivos do desenvolvimento sustentável – ODS, com a promoção de atividades econômicas com baixo impacto ambiental, que podem garantir a sustentabilidade no uso da terra e dos recursos naturais (SCHNEIDER, 2015).



No caso das cooperativas, as ações coletivas requerem o cooperativismo. As cooperativas são organizações formais constituídas por pessoas que se reúnem para obtenção de serviços de assistência técnica e/ou viabilização da comercialização de produtos (GONÇALVES, 2011). Já o cooperativismo é o desenvolvimento de princípios e valores para uma união solidária, baseados em um código de conduta moral composto por sete princípios: adesão voluntária e livre, gestão democrática, participação, econômica dos membros, autonomia e independência, educação e formação, intercooperação e interesse pela comunidade (SOUSA, 2009).

Diante da realidade da produção agrícola do Amazonas, as cooperativas podem ser uma importante ferramenta para minimizar as dificuldades enfrentadas pelos agricultores (as), já que individualmente é mais difícil conseguir transporte para o escoamento da produção, ou se adequar aos padrões de qualidade exigidos pelo mercado.

Assim, esta pesquisa teve como objetivos avaliar o cenário de funcionamento de duas cooperativas de agricultores familiares no Estado do Amazonas e analisar os impactos que estas cooperativas vem exercendo sobre indicadores de desenvolvimento sustentável, tomando como base os ODS, objetivos do milênio propostos pela Organizações das Nações Unidas – ONU.

Pesquisas nessa temática são importantes para evidenciar estratégias de conciliação do equilíbrio ambiental a atividades agrícolas que contribuem com a promoção da segurança alimentar e geração de renda nas áreas rurais. Os resultados destacam caminhos para ampliação e fortalecimento do cooperativismo no Estado do Amazonas, com o fornecimento de informações científicas a essa área do conhecimento que é pouco estudada no Estado.

Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida junto a uma cooperativa agrícola do município de Rio Preto da Eva (COOP A) e uma cooperativa do município de Manacapuru (COOP B), ambas localizados no Estado do Amazonas. A COOP A foi constituída em 2010 e agrega cerca de 76 cooperados, tendo a banana como principal produto vendido. Já a COOP B foi fundada em 2002, possui 20 cooperados e tem como principais produtos comercializados a macaxeira, melancia, mamão, banana, hortaliças e galinha caipira.

Para identificação do cenário de funcionamento das cooperativas foram aplicadas questões em reuniões com os cooperados, utilizando-se ferramentas do Diagnóstico Rural Participativo – DRP (VERDEJO, 2006), destacando-se pontos fortes e fracos. Foram também verificadas questões relativas ao funcionamento organizacional, aplicando-se formulário junto a representantes das diretorias, envolvendo questões sobre a estrutura de governança, de acordo com a metodologia da GIZ (2019).

Os resultados do DRP foram sistematizados de forma coletiva por meio da matriz SWOT (CHIAVENATO e SAPIRO, 2003), e a estrutura organizacional foi avaliada pelo índice de maturidade, que consiste na valoração dos indicadores de



governança entre 0 e 5. Quanto mais próximo de 5, maior a maturidade da cooperativa em relação ao aspecto analisado, sendo classificada em 0= inexistente, 1 = frágil, 2= em desenvolvimento, 3 = bom, 4 = muito bom e 5 = excelente.

Para avaliar os impactos do cooperativismo sobre os objetivos do desenvolvimento sustentável, foram aplicados formulários por meio de entrevistas junto a 30% dos agricultores familiares associados às cooperativas. Os dados foram analisados conforme a adaptação de indicadores propostos por Rabelo e Lima (2007), concentrados em quatro dimensões da sustentabilidade: social, econômica, ambiental e institucional. Os dados foram organizados e tabulados utilizando o programa Microsoft Excel, e cada dimensão foi mensurada de acordo com a Equação 1:

$$I_w = \frac{1}{n} \sum_{j=1}^n \left[\frac{\sum_{i=1}^m E_{ij}}{\sum_{i=1}^m E_{max i}} \right] \quad (1)$$

Sendo:

I_w = índices que compõem o índice de sustentabilidade geral nas dimensões econômica, social, ambiental e institucional;

E_{ij} = escore do i-ésimo indicador do I_w obtido no j-ésimo formulário;

$E_{max i}$ = escore máximo i-ésimo indicador do I_w ;

i = 1,.....,m, número de indicadores

j= 1,.....n, número de formulários aplicados;

w = 1,....., 4, número de índices que compõem o índice de sustentabilidade

Após o cálculo de cada dimensão, o IDS geral foi calculado a partir da Equação 2:

$$IDS = \frac{1}{k} \sum_{w=1}^k I_w \quad (2)$$

Sendo:

IDS = Índice de Sustentabilidade

I_w = valor do w-ésimo índice; w = 1,...., k

Quanto mais próximo de 1 (um) o valor do índice, melhor é a sustentabilidade do sistema analisado. O cálculo permitiu classificar a sustentabilidade da agricultura familiar nas comunidades em: Excelente = $1 \leq IDS \leq 0,81$; Boa = $0,80 \leq IDS \leq 0,61$; Média = $0,60 \leq IDS \leq 0,41$; Ruim = $0,40 \leq IDS \leq 0,21$ ou Crítica = $0,20 \leq IDS \leq 0,00$.

Resultados e Discussão

O cenário de funcionamento das cooperativas envolvidas na pesquisa pode ser observado no quadro 1 e o índice de maturidade está apresentado na figura 1.

De modo geral, observou-se um baixo índice de maturidade nas cooperativas, sendo classificado “em desenvolvimento”. Os pontos mais críticos observados foram as



questões relacionadas à gestão de pessoas na COOP A e a gestão socioambiental nas duas cooperativas. Na gestão de pessoas, esse resultado se refere, principalmente, à falta de definição dos cargos e funções; falta de formação no funcionamento das cooperativas; falta de paridade entre homens e mulheres e entre as faixas etárias, com pouco ou nenhum envolvimento de jovens. Na gestão socioambiental, os aspectos que contribuíram para esse resultado foram a falta de sistema adequado para eliminação de resíduos e dejetos; uso de agrotóxicos; e a falta de clareza da direção das cooperativas sobre os impactos ambientais positivos e negativos.

Quadro 1: Matriz SWOT sobre os pontos positivos e negativos do funcionamento das cooperativas

FORTALEZAS	FRAQUEZAS
- Garantia de pagamentos aos cooperados - Diversificação de produtos (COOP B) - Bom volume de produtos - Caminhão próprio - Frequência da realização de reuniões	- Falta de formação para o cooperativismo - Baixa participação dos cooperados nas decisões - Falta de infraestrutura física às cooperativas - Ausência de padrão nos produtos - Baixa diversificação na produção (COOP A) - Atrasos nos pagamentos das mensalidades pelos cooperados - Perdas de produção - Ausência de transporte adequado
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
- Estabelecimento do intercooperativismo para acesso ao crédito rural - Apoio institucional (SICOOB, UFAM e SEPROR) - Acessar o mercado privado - Contratos no mercado institucional	- Ausência de assistência técnica - Baixo apoio governamental - Baixos preços oferecidos no mercado privado - Dependência do mercado institucional - Burocracias e critérios de contratos

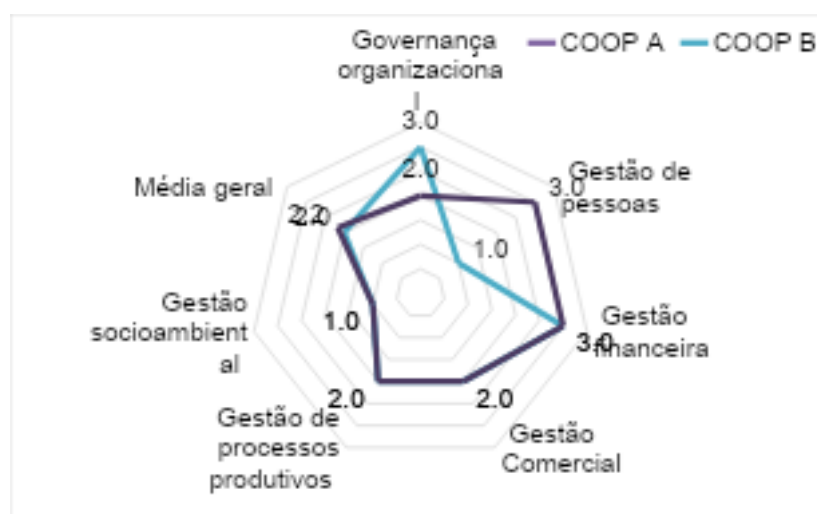


Figura 1: Índice de maturidade das cooperativas analisadas



Observa-se uma relação entre os pontos críticos observados na maturidade organizacional (figura 1) e a matriz SWOT (quadro 1) construída com a participação dos cooperados. Os cooperados (as) percebem uma baixa participação nas tomadas de decisões e fraquezas relacionadas aos sistemas produtivos, o que incide sobre perdas da produção. A baixa governança organizacional também pode ser um reflexo das ameaças elencadas, especialmente relacionada à falta de assistência técnica e outros mecanismos de acesso ao mercado.

Os resultados da governança organizacional remetem aos pressupostos de Silva et al., (2022) que apontam a necessidade de uma aprendizagem reflexiva dos membros de organizações relacionadas à economia solidária e autogestão, buscando mecanismos para maior participação dos membros nas decisões e maior paridade no diálogo.

Quanto aos impactos das cooperativas sobre o desenvolvimento sustentável nas comunidades rurais, identificou-se que a COOP B possui menores índices médios em todas as dimensões, resultando em um IDS classificado como “bom” na COOP A e “médio” na COOP B (figura 2).

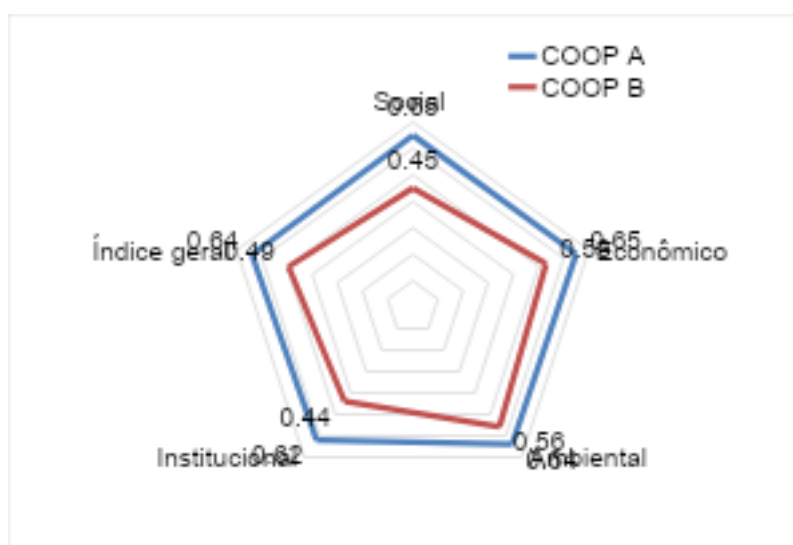


Figura 2: Índice de sustentabilidade entre os (as) cooperados (as)

Os indicadores que contribuíram para os menores índices foram: na dimensão social - o baixo nível de escolaridade e falta de condições adequadas de saúde; na dimensão econômica - renda em torno de um salário-mínimo; dimensão ambiental - falta de sistema de eliminação de resíduos e dejetos, e uso de agrotóxicos; dimensão institucional - baixo nível de maturidade das cooperativas.

Conclusões

O cooperativismo no Estado do Amazonas necessita de fomento e pesquisas que subsidiem as formas de criação e implementação das cooperativas. Nas áreas rurais, a criação de cooperativas pode ser um importante instrumento de



fortalecimento da agricultura familiar no Estado, visto que os agricultores enfrentam grandes dificuldades para o escoamento da produção, devido às grandes distâncias das áreas de produção aos centros de comercialização, a falta de recurso para o transporte e as péssimas condições das vicinais e estradas.

Esta pesquisa trouxe informações sobre os gargalos e potencialidades de cooperativas instaladas na região metropolitana de Manaus, possibilitando a observância de seus impactos na socioeconomia local e regional e elucidando estratégias de gestão adaptadas às realidades vivenciadas pelas cooperativas e agricultores da Região Norte, uma vez que apresentam peculiaridades e dificuldades diferentes das demais regiões do país.

Agradecimentos

À Universidade Federal do Amazonas, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológicos – CNPq e às cooperativas e agricultores (as) participantes da pesquisa.

Referências bibliográficas

CHIAVENATO, I; SAPIRO, A. **Planejamento Estratégico: fundamentos e aplicações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

GIZ. **Manual DOP** (Desenvolvimento Organizacional Participativo). 2019. Disponível em: <https://www.programacap.org.br/material/manual-dop-desenvolvimento-organizacional-participativo-fortalecimento-de-organizacoes-de-base-2019/>. Acesso: 11/06/2023

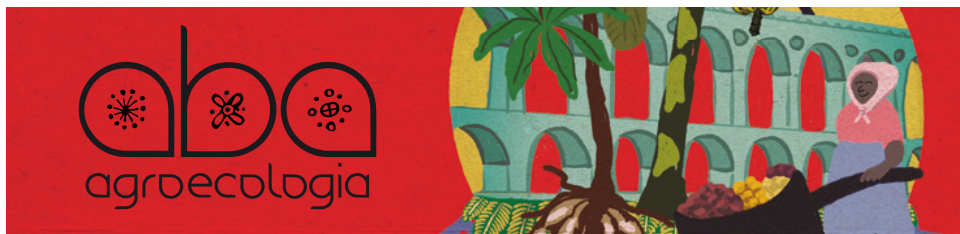
GONÇALVES, J. E. **Histórico do Movimento Cooperativista Brasileiro e sua Legislação: um enfoque sobre o Cooperativismo Agropecuário**, 2011. Disponível em: <https://www.bibliotecaagptea.org.br/administracao/cooperativismo/artigos/historico%20do%20movimento%20cooperativista%20brasileiro%20e%20sua%20legislacao%20um%20enfoque%20sobre%20o%20cooperativismo%20agropecuario.pdf>. Acesso: 03/05/2023.

MENEGHETTI, G. A; SÍGLIA, R. A agricultura familiar do Amazonas: conceitos, caracterização e desenvolvimento. **Revista terceira margem Amazônica**, v.1, n. 5, p 36-5, 2015.

RABELO, L. S; LIMA, P. V. P. S. Indicadores de sustentabilidade: a possibilidade da mensuração do desenvolvimento sustentável. **Revista eletrônica do PRODEMA**, Fortaleza, v. 1, n. 1. p. 55-76, 2007.

SILVA, E. L. L; RODRIGUES, D. C; CARVALHO, M. C. Geração de Trabalho e Renda em Comunidades na Amazônia: um olhar a partir das potencialidades e desafios da tecnologia social no Pará. **NAU Social**, vol.13, n. 24, p. 1021–1040, 2020.

SOUSA, L. P. Cooperativismo: conceitos e desafios à implantação da economia solidária. **Vitrine da Conjuntura**, Curitiba, n.2, v.2, 2009.



VERDEJO, M. **Diagnóstico rural participativo: um guia prático**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, 2006.